

Petróleo, Corrupção e Ameaças ao Nosso Interesse Nacional: Que Aprenderemos do Iraque?

Luis Carlos Montalván

O PRESIDENTE THEODORE ROOSEVELT sabia do impacto insidioso da corrupção no governo e na sociedade ao dizer, em 1900: “Nenhum homem que seja corrupto, nenhum homem que tolere a corrupção nos outros pode cumprir o seu dever perante a comunidade.”¹

A produção de petróleo em países subdesenvolvidos ajuda a alimentar, manter e aprofundar a corrupção. Parte do motivo é que o custo de produzir um barril de petróleo é uma pequena fração do seu preço no mercado mundial e, assim, os cofres do governo estão cheios de petrodólares, havendo pouca ou nenhuma transparência ou prestação de contas sobre como são gastas as verbas governamentais. Há muito consideramos ameaças à nossa Segurança Nacional advindas de países produtores de petróleo como o Irã, mas, agora, despontam ameaças de outros países, como a Venezuela, a Nigéria, e o Sudão. A forma como os EUA lidam com a corrupção no Iraque provavelmente moldará a nossa resposta a essas ameaças iminentes.

A corrupção cria condições que geram e mantêm ditaduras e cleptocracias — ambas as quais são contrárias ao nosso interesse nacional e aos nossos objetivos de promover princípios democráticos e o Estado de Direito em todo o mundo. Segundo o Índice de Percepções de Corrupção de 2008 da *Transparency International*, um relatório que classifica países de acordo com o grau de corrupção que se acredita existir entre políticos e funcionários públicos, de um total de 180 países, a



Foto: Sargento Lorie Jewell, Exército dos EUA

Incêndio na Refinaria de Petróleo de Karadah, em 10 de dezembro de 2007, na parte atingida por um foguete dos insurgentes naquela manhã. O alvo pretendido era a Zona Internacional, em Bagdá, mas vários foguetes não foram longe o suficiente, atingindo a refinaria.

Nigéria ficou em 122º lugar; a Venezuela em 158º; o Sudão em 173º; e o Iraque em 178º.²

De fato, a corrupção no Iraque é assombrosa e, devido ao estímulo recebido durante o domínio de Saddam Hussein, pode ser considerada parte da cultura do país. Os relatórios observam: “o governo iraquiano corre perigo de ser derrubado pelo contrabando em larga escala do petróleo do país e por outras formas de corrupção que, juntas, representam uma ‘segunda insurgência’”.³ Em 2007, o Ministério de Petróleo do Iraque estimou que se perdem \$700 milhões em receitas todo mês devido ao contrabando de petróleo.⁴ Não se sabe exatamente o valor perdido em 2008 devido à “falta de um sistema de medição abrangente”.⁵ As facções xiita, sunita e curda vêm se fortalecendo por meio de práticas corruptas endêmicas. Essas facções não acreditam que o federalismo seja o resultado mais provável no Iraque e, por isso,

Luis Carlos Montalván, ex-capitão do Exército dos EUA, serviu em duas missões no Iraque com o 3º Regimento de Cavalaria Blindado, de 2003 a 2006. Supervisionou os portos de entrada sírio-iraquianos em Al Waleed e Rabiya, liderou uma equipe de transição militar no sul de Bagdá

e atuou como Coordenador de Regimento das Forças de Segurança do Iraque, em Tal Afar, durante a Operação Restoring Rights. Atualmente, é aluno de pós-graduação na Columbia University em Nova York, cursando Jornalismo e Comunicações Estratégicas.

tentam aumentar seu poder político, econômico e militar em preparação para o que será, a seu ver, o inevitável clímax sangrento quando as tropas americanas forem embora. A corrupção dos petrodólares alimenta, mantém e aprofunda a

Essas facções não acreditam que o federalismo seja o resultado mais provável no Iraque...

divisão sectária. Durante as minhas duas missões no Iraque, observei a corrupção desenfreada entre as forças de segurança do Iraque e nos pontos de entrada da fronteira.⁶ Pouco foi feito em termos militares, políticos ou econômicos para combater essa corrupção. Nossa aparente indiferença levou os iraquianos a efetivamente fraudar o contribuinte americano de bilhões de dólares.

O excesso de dependência em relação às receitas do petróleo, a falta de prestação de contas e a liberdade de que os líderes desfrutam para gastar petrodólares também são características da Venezuela, Nigéria e Sudão. Os petrodólares tendem a minar os Estados frágeis, como ocorreu na Venezuela quando foram descobertos campos petrolíferos em 1917. O então ditador Juan Vicente Gómez distribuiu concessões para seus filhos e amigos próximos. Esse padrão de corrupção continua na Venezuela até hoje. Depois que a ditadura de Pérez Jiménez foi derrubada em 1958, uma série de governos eleitos e os principais partidos políticos não lidaram com a corrupção. Apesar da volumosa entrada de petrodólares, especialmente depois de 1974, mais de 65% da população hoje vive na pobreza, e os partidos políticos tradicionais ficaram desacreditados e efetivamente desapareceram, facilitando o movimento ao longo da rota inspirada por Cuba, que o presidente Hugo Chávez parece ter escolhido para aquele desafortunado país.

A radicalização de Chávez depois de sua vitória esmagadora nas eleições foi programada claramente para ocorrer quando os EUA tinham o foco voltado para o Iraque e o Afeganistão. Chávez também apoiou ativamente líderes

radicais eleitos da Bolívia, Equador e Nicarágua e desenvolveu laços estreitos com o Irã. Seu uso de petrodólares para financiar enormes compras de armas, principalmente da Rússia, ameaça dar início a uma corrida armamentista na América do Sul. A oposição na Venezuela e reportagens sugerem que o apoio recente de Chávez ao Hezbollah e a outras organizações terroristas⁷ e os contratos de mineração compartilhada com o Irã podem ser um plano para lhes fornecer urânio.⁸

Como na Venezuela, a corrupção na Nigéria vem gerando um aumento da pobreza que fomenta o extremismo. As receitas petrolíferas da Nigéria ultrapassam \$24,5 bilhões por ano, colocando o país entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo.⁹ A CIA descreve a Nigéria como uma nação que tem uma história “há muito incapacitada pela instabilidade política, corrupção, infraestrutura inadequada e fraca gestão macroeconômica”.¹⁰ Segundo as estimativas de 2008 do Banco Mundial, apesar dos enormes depósitos de energia sob o sul da Nigéria, cerca de 80% das receitas de energia beneficiam 1% do país.¹¹ Perdem-se bilhões de petrodólares para a corrupção, e a população da região permanece na miséria. Em 2003, Osama Bin Laden identificou a Nigéria como alvo para libertação. Com 140 milhões de habitantes divididos, de modo geral, entre o norte predominantemente muçulmano e o sul de maioria cristã, a Nigéria é um lugar

...as cleptocracias e as culturas arraigadas de corrupção no Iraque, Venezuela, Nigéria e Sudão vêm minando os esforços dos EUA...

ideal para a guerra civil e o terrorismo.¹² Em 2007, o dono de um jornal nigeriano foi acusado de receber verbas da Al-Qaeda para patrocinar o terrorismo no país mais populoso da África.¹³

Em depoimento prestado ao Comitê para o Desenvolvimento Internacional da Câmara de Deputados, uma autoridade nigeriana declarou:

“Os EUA e o G8 devem liderar a formação de uma coalizão mundial contra a corrupção. Tornem a transparência e prestação de contas e a luta contra a corrupção a condição principal para se relacionar com qualquer governo. A corrupção é pior que o terrorismo.”¹⁴

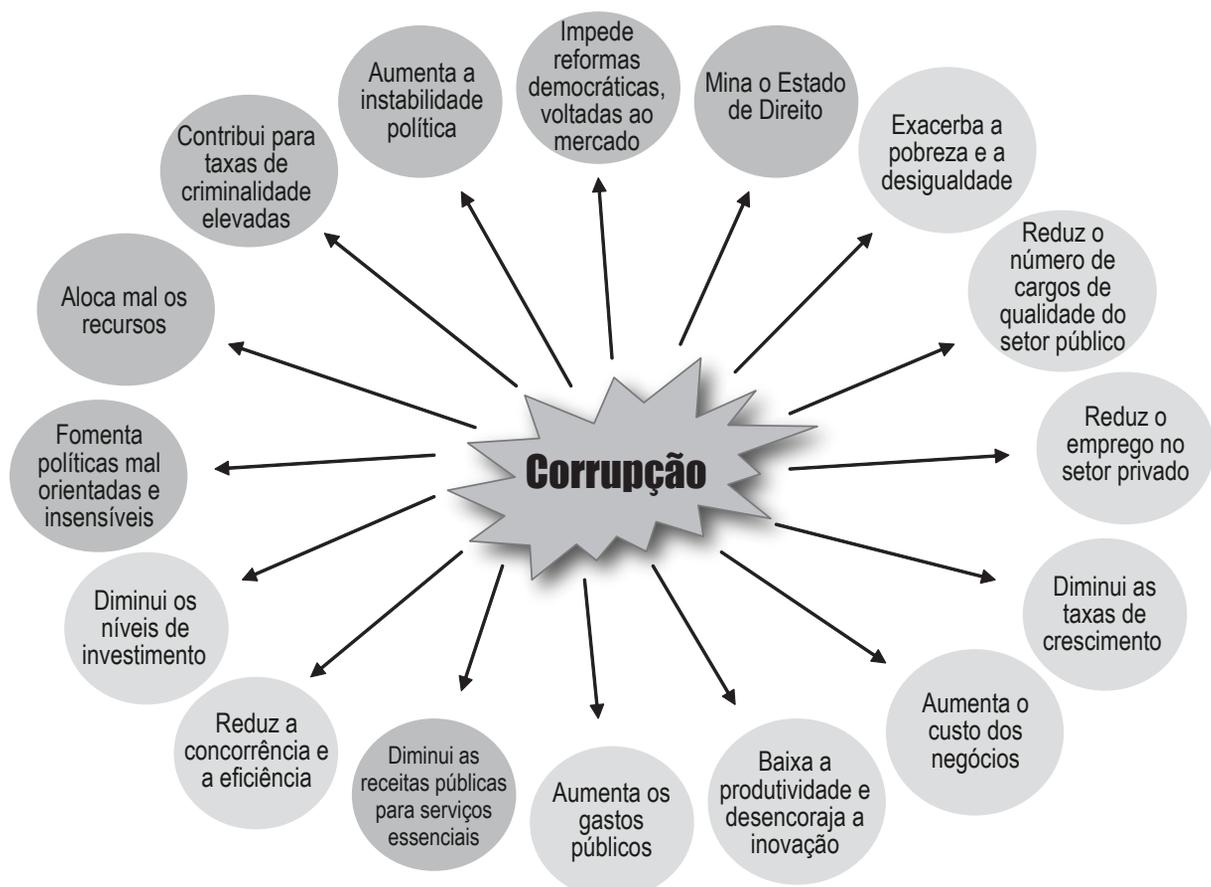
O caso do Sudão é semelhante ao da Nigéria. Desde 1999, ele experimentou um crescimento contínuo do PIB, provocado pelo aumento da produção de petróleo. O petróleo é hoje o principal produto de exportação do Sudão, e a produção vem aumentando de forma drástica. O sul de Darfur, como o sul do Sudão, é rico em petróleo, mas a corrupção é tanta que a população vive na mais absoluta miséria. O Programa Alimentar Mundial está envolvido em uma resposta de emergência à fome generalizada, porque a resposta do governo sudanês à crise foi terrivelmente inadequada, apesar das receitas petrolíferas.

A Al-Qaeda se formou no Sudão. Depois de ser

expulso da Arábia Saudita, Bin Laden estabeleceu o quartel-general da Al-Qaeda em Cartum, no Sudão, e o país vizinho, o Chade, relatou que a Al-Qaeda infiltrou campos de refugiados na região sudanesa de Darfur.¹⁵

Claramente, as cleptocracias e as culturas arraigadas de corrupção no Iraque, Venezuela, Nigéria e Sudão vêm minando os esforços dos EUA para promover a estabilidade e a segurança no Oriente Médio, na América Latina e na África. Os Estados Unidos devem tomar medidas agressivas para combater a corrupção e o terrorismo, alocando mais funcionários, treinamento e recursos para alcançar maior estabilidade, levando assim à redução da pobreza e a um melhor clima para a democracia.

Para derrotar o extremismo no Iraque e no mundo no século XXI, os EUA precisam: 1) priorizar os esforços contra a corrupção, 2) operacionalizar esses esforços e 3) aplicar as lições



Este diagrama sobre os efeitos da corrupção se baseia em Center for International Private Enterprise, "Economic Reform Issue paper No. 0409", 22 de setembro de 2004. FONTE: Center for International Private Enterprise

Figura 1. Os efeitos da corrupção

aprendidas do Iraque. Ignoramos a corrupção ou ficamos acomodados em relação a ela por nossa própria conta e risco. As palavras inesquecíveis de Lincoln durante a Guerra Civil nos EUA se aplicam à nossa situação atual: “Eu vejo, no futuro próximo, uma crise se aproximando que me inquieta e faz temer pela segurança do meu país... uma era de corrupção se instalará nos altos escalões.”¹⁶

A Natureza e o Estado da Cleptocracia

Os Estados Unidos e outros países lideram a luta contra a corrupção mundial há várias décadas. Em 1977, o Congresso americano aprovou a Lei de Práticas Corruptas Estrangeiras (*Foreign Corrupt Practices Act*), que tornou crime a oferta de suborno a autoridades de governos estrangeiros por cidadãos ou firmas americanas.¹⁷ Em sua análise, “The United States and International Anti-Corruption Efforts”, John Brandolino alega que os esforços para combater a corrupção ganharam o apoio internacional durante os anos 80 porque, antes daquela época, a corrupção só era discutida de forma vaga entre os governos.¹⁸ Entretanto, Brandolino acredita que o cenário mundial experimentou um despertar anticorrupção em que muitos governos passaram a acreditar que combatê-la era importante para seus interesses. A figura 1 descreve os principais efeitos da corrupção. Brandolino afirma que esses efeitos levaram os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico a adotar a recomendação de 1994, que criminalizou o suborno de autoridades públicas, levando, mais tarde, os países do Hemisfério Ocidental a promulgar a Convenção Interamericana contra a Corrupção em 1996.¹⁹

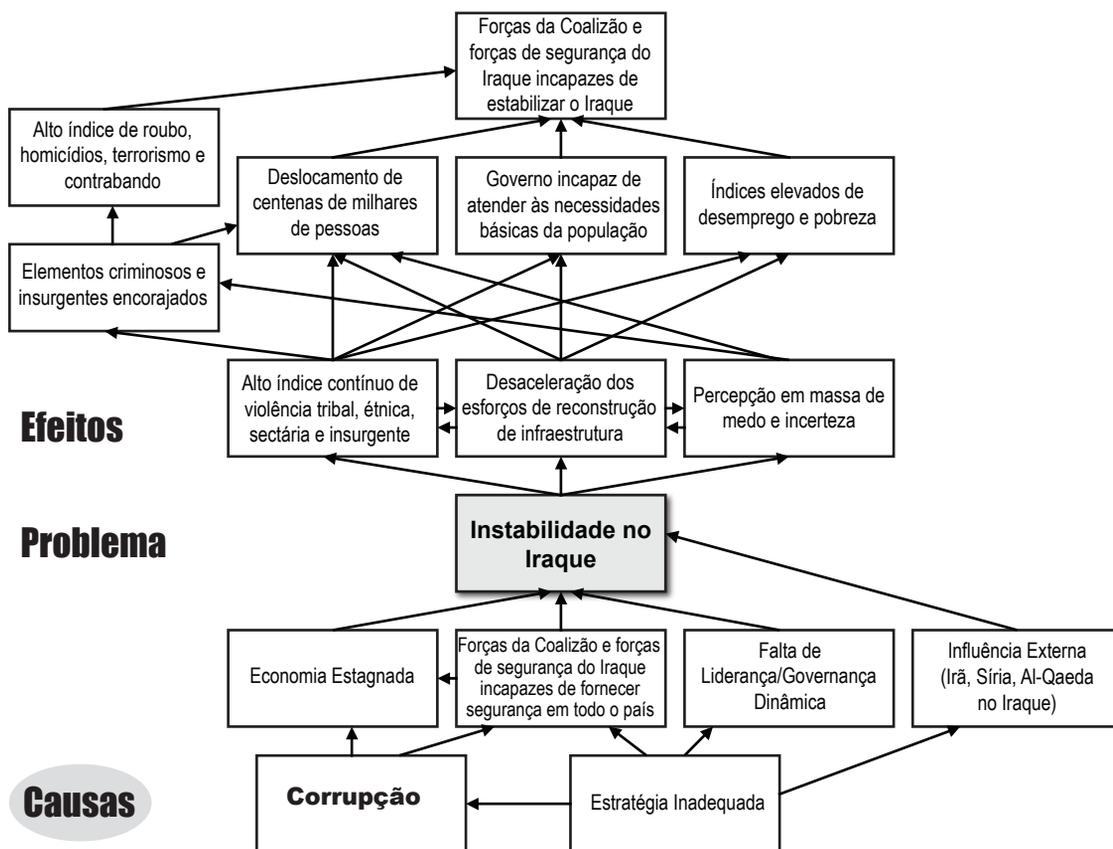
Os esforços internacionais destinados a controlar a corrupção concentraram a atenção nas cleptocracias nos últimos anos. Em 2006, o presidente George W. Bush anunciou a Estratégia Nacional para Internacionalizar os Esforços contra a Cleptocracia (*National Strategy to Internationalize Efforts against Kleptocracy*), chamando a atenção para governos ou Estados em que aqueles no poder exploram recursos nacionais e roubam. Essa iniciativa se tornou uma prioridade da agenda internacional, devido a outros esforços mundiais para reduzir a corrupção,

como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003.²⁰ O presidente Bush fez a seguinte declaração sobre a cleptocracia:

Há muito tempo, a cultura da corrupção mina o desenvolvimento e a boa governança e gera a criminalidade e a desconfiança em todo o mundo. A corrupção nos altos escalões por autoridades governamentais, ou cleptocracia, é um grave e nocivo abuso de poder e representa o tipo mais perigoso de corrupção pública. Ameaça o nosso interesse nacional e viola os nossos valores. Impede os nossos esforços de promover a liberdade e a democracia, eliminar a pobreza e combater a criminalidade internacional e o terrorismo. A cleptocracia é um obstáculo ao progresso democrático, mina a fé nas instituições governamentais e rouba a prosperidade ao povo. A promoção da governança transparente e responsável é um componente fundamental da nossa agenda de liberdade.²¹

A estratégia visa a negar aos cleptocratas acesso a refúgios financeiros, a processar crimes de corrupção internacional de forma enérgica, a fortalecer a ação multilateral contra o suborno, a facilitar e reforçar a repatriação responsável e a utilizar, enfocar e interiorizar a melhora de capacidade.²²

Não obstante, apesar desses esforços internacionais para combater a corrupção e a cleptocracia, as estratégias mundiais gerais são, lamentavelmente, insuficientes. Como indica a terrível situação no Iraque, há ainda muito a fazer para facilitar e fortalecer um marco que mine a cleptocracia e a corrupção antes que as forças americanas se retirem. Tao Wenzhao, pesquisador do Instituto de Estudos Americanos na Academia Chinesa de Ciências Sociais, alega que a história recente demonstra que as novas estratégias anticorrupção e anticlectocracia vêm fracassando de modo retumbante e acredita ser imperativa a cooperação internacional: “A cooperação internacional precisa de uma ampla gama de mecanismos para compartilhar informações, identificar as pessoas corruptas e congelar os bens adquiridos de forma ilícita. Só quando esses mecanismos forem implantados e operarem com eficiência, será possível estabelecer uma rede à prova de fuga para os funcionários corruptos.”²³ Wenzhao sustenta



FONTE: LUIS CARLOS MONTALVÁN E GEORGE PLINIO MONTALVÁN

Figura 2. As causas da instabilidade no Iraque

que a confiança mútua é chave para superar os obstáculos criados por diversos marcos jurídicos e ideologias em diferentes países.

Contabilidade e Auditoria no Combate à Corrupção

Desde a derrubada de Saddam Hussein em 2003, a corrupção no Iraque tem um efeito debilitante nos esforços liderados pelos EUA (consulte a “árvore de problemas” na figura 2, que descreve as principais causas e efeitos da instabilidade no Iraque). “O Iraque [está] entre os países que exibem os graus mais elevados de percepção de corrupção... O Índice de Percepções de Corrupção de 2008 da Transparency International destaca a ligação fatal entre a pobreza, instituições falidas e corrupção.”²⁴

As lições da reconstrução pós-guerra no Camboja, Congo e Afeganistão demonstram, de forma inequívoca, que o Iraque deve buscar, de modo proativo, um sistema muito mais

transparente e responsável. Por exemplo, depois de três guerras civis que destruíram o país, a República do Congo obteve ganhos econômicos e políticos marcantes nos últimos anos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) relata que, entre 1999 e 2003, o crescimento econômico no setor não-petrolífero se fortaleceu, o desempenho fiscal melhorou, a inflação diminuiu e a estabilidade política e a segurança exibiram notáveis ganhos.²⁵ O Congo ainda é afligido por distúrbios civis e problemas humanitários, mas, de 1998 a 2007, o país “exibiu melhoras significativas na governança... e na Qualidade Regulatória”.²⁶ A implantação de mecanismos eficazes de contabilidade e auditoria foi a chave desse progresso. Em uma ação que poderia servir de modelo para outros países produtores de petróleo, as autoridades aumentaram a transparência no setor petrolífero com a adoção de soluções inovadoras, como a publicação das principais informações do setor petrolífero na

internet. Além disso, a República do Congo participa da Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa desde 2005.

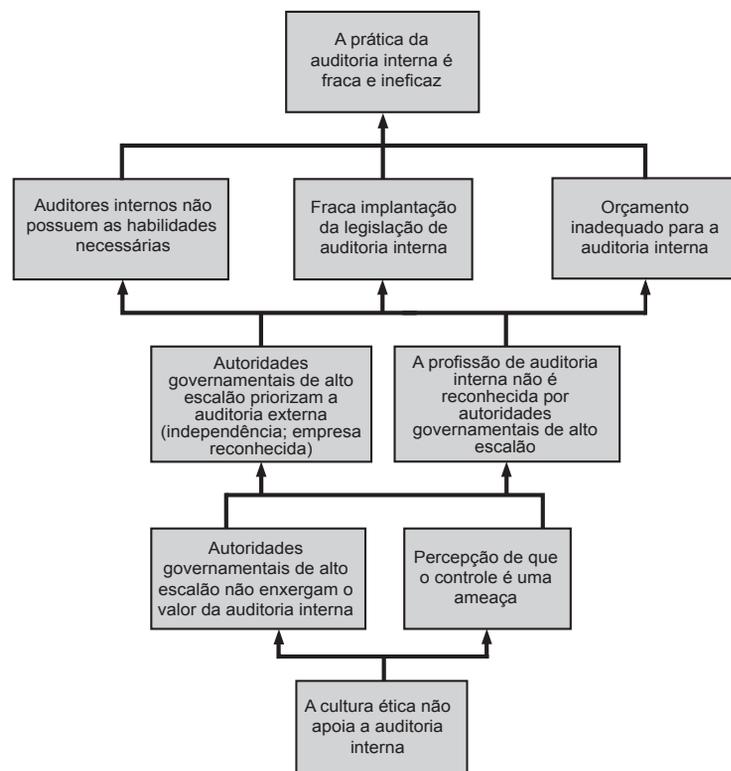
Em relação à importância da contabilidade e auditoria, o FMI recomenda que “os países tomem uma série de medidas para fortalecer seus sistemas de gestão financeira pública, como o estabelecimento de um marco contábil adequado e coerente para acompanhar os gastos, impor a prestação de contas e cumprir os requisitos fiduciários; a apresentação periódica e oportuna de relatórios fiscais; e a instituição de um sistema sólido de controle interno para assegurar que os gastos públicos sejam executados de acordo com o orçamento aprovado e com o marco regulatório estabelecido.”²⁷

Na inexistência de mecanismos eficazes de contabilidade e auditoria, o progresso no Iraque continuará a ser uma quimera. A contabilidade engloba medir e divulgar as informações financeiras que os tomadores de decisão utilizam para alocar recursos de forma eficaz. Por outro lado, a auditoria pode ser tanto interna quanto externa. Na auditoria externa, um auditor *independente* examina as demonstrações contábeis para emitir um parecer.²⁸ Na auditoria interna, auditores internos — semelhantes a inspetores gerais em agências dos EUA — conduzem uma análise e apresentam os resultados para a gerência. As organizações não-governamentais (ONGs) executam estratégias de contabilidade e auditoria para combater a corrupção. (A figura 3 descreve as relações de causa e efeito que indicam por que a auditoria tende a ser fraca nas nações em desenvolvimento.) A Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. Agency for International Development — USAID*) teve um sucesso notável no combate à corrupção arraigada ao aumentar a transparência e a prestação de contas. Em Honduras, no Casaquistão e na Rússia, a USAID obteve grande sucesso ao incentivar fortemente a adoção de

sistemas de contabilidade e auditoria e ao oferecer programas educacionais para os cidadãos sobre como os seus governos funcionam.²⁹ Além disso, a União Europeia (UE) busca reduzir a corrupção nos países membros e instituições instando empresas a aplicar normas contábeis modernas e a adotar esquemas de auditoria interna e códigos de conduta eficazes.³⁰

Antes da recente incursão militar russa em disputado território cultural ancestral, a Geórgia era um possível padrão-ouro na área de testes de contabilidade e auditoria. Em 2005, o governo da Geórgia propôs uma nova Lei de Contabilidade e Auditoria, que visava a estabelecer um marco jurídico coerente de contabilidade e auditoria para combater a corrupção. O modelo georgiano estabelecia um marco normativo, normas de contabilidade e auditoria e medidas de monitoramento e cumprimento. Além disso, incentivava a participação ativa de profissionais de contabilidade e auditoria, além da formação e treinamento.

Devido ao Acordo sobre o Status das Forças,



FONTE: GEORGE PLINIO MONTALVÁN E MEMBROS DO IAASB

Figura 3. Questões de auditoria em nações em desenvolvimento

firmado em tempos recentes, medidas semelhantes devem ser tomadas imediatamente para lidar com a corrupção generalizada no Iraque. É preciso implantar sistemas de contabilidade e de auditoria interna e externa em cada ministério, publicando as devidas informações na internet. O relatório da USAID sobre o combate à corrupção e a boa governança conclui: “As habilidades de contabilidade e auditoria estão dando uma importante contribuição à transparência dos países em desenvolvimento.”³¹ Essa conclusão é especialmente relevante para o Iraque.

Liberdade e Acesso à Informação

Sem informações populares ou meios de adquiri-las, um governo popular é apenas um prólogo para uma farsa ou uma tragédia, ou talvez ambas. O conhecimento sempre rege a ignorância: e uma população que pretenda se governar precisa se munir do poder que o conhecimento concede.

—Presidente James Madison.³²

A disseminação de informações do governo para os seus cidadãos é importante para a estabilidade de um país. O presidente Lyndon Johnson contribuiu de forma significativa para a transparência das informações políticas ao promulgar a Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act — FOIA*) em 4 de julho de 1966. (Ironicamente, o Coronel H.R. McMaster utilizou a FOIA para demonstrar, em seu livro publicado em 1997, *Dereliction of Duty*, que, na Guerra do Vietnã, o presidente Johnson não estava sendo franco com o Congresso ou com o povo americano.)

Essa lei concedeu aos cidadãos americanos o direito de observar o processo de governo ao fornecer acesso a informações dos órgãos governamentais federais.³³ A lei continua em vigor atualmente. Os jornalistas e cidadãos individuais têm acesso a diversos documentos (salvo informações pessoais privadas) por meio da Lei de Liberdade de Informação.

Em 1974, o Congresso incorporou uma análise jurídica das decisões de órgãos governamentais, que especificou algumas questões políticas isentas da exigência de acesso ao público.³⁴ Essa lei permitiu aos cidadãos observar a maioria das reuniões realizadas pelo governo. Eles

poderiam presenciar as reuniões, exceto quando o conselho do órgão apresentasse, publicamente, razões válidas para a isenção da obrigatoriedade de divulgação de informações. Os órgãos governamentais anunciam, publicamente, as seguintes informações antes de cada reunião: local, horário e nome e número do funcionário responsável em responder às solicitações dos cidadãos. Além disso, os órgãos garantem facilidade de acesso ao público, incluindo atas e gravações eletrônicas das discussões abordadas em cada reunião.³⁵ Desde a promulgação da Lei de Liberdade de Informação, os funcionários responsáveis pelas informações públicas também exercem um papel complexo e importante nas solicitações relacionadas a ela. Fornecem informações para a mídia e para o público segundo as normas de sua profissão.³⁶ As informações públicas também são protegidas contra a remoção ilegal, alteração e deterioração.³⁷

O presidente Bill Clinton fortaleceu o alicerce da Lei de Liberdade de Informação ao implantar a Lei de Liberdade de Informação Eletrônica em 1994. Dirigiu-se aos chefes dos departamentos e órgãos em um memorando conforme segue: “Lembro às agências que o nosso compromisso com a abertura requer mais que simplesmente responder a solicitações do público. Cada agência tem a responsabilidade de distribuir informações por sua própria iniciativa e de aumentar o acesso público por meio de sistemas eletrônicos de informações. A execução dessas medidas assegurará que tanto a letra quanto o espírito da Lei sejam cumpridos.”³⁸

Os sistemas eletrônicos de informações deram aos cidadãos maior exposição ao processo de governo. Os Estados Unidos não são os únicos a utilizar uma Lei de Liberdade de Informação. As disposições dessa lei foram promulgadas internacionalmente em 1982, depois que ela foi aprovada no âmbito federal na Austrália. Além disso, a Turquia, Canadá, Finlândia, Hong Kong, Índia, Alemanha e 60 outros países aprovaram leis que concedem acesso à informação.³⁹ Da mesma forma que os americanos, os cidadãos de outros países anseiam por informações sobre as atividades do governo. Mais e mais países publicam suas informações sobre compras na internet. As leis de liberdade de informação continuam a se espalhar em todo o mundo. Essa maior transparência

fortalece as democracias, tende a reduzir o conflito ao promover a abertura e apoia o desenvolvimento participativo entre os cidadãos em países em todo o mundo.⁴⁰ Contudo, muitos países ainda não aprovaram e implantaram leis de liberdade de informação. A Argentina, Quênia, Indonésia, Jordânia, Sri Lanka, Uganda e dez outros países têm legislação pendente.⁴¹ Infelizmente, o Iraque, Venezuela, Sudão e Nigéria ainda não fizeram tentativa alguma de implementar legislação sobre liberdade de informação. Como diz o ditado: “a informação é o oxigênio da democracia.” A não-disseminação de informações pelo governo corrói o bem-estar econômico e social da nação. A desatenção do público à corrupção política de seu país ajuda a minar a saúde geral da sociedade, ao passo que a transparência é o alento vital da democracia. Pouca ou nenhuma transparência não só possibilita a corrupção, mas também leva ao cinismo em relação aos valores democráticos. O governo tem o dever de divulgar o uso de verbas públicas para os seus cidadãos.

Táticas Anticorrupção de Sucesso

A aplicação proativa da lei, operações políticas e operações de informações são importantes elementos estratégicos de combate à corrupção utilizados com sucesso por uma série de países em todo o mundo. Os governos de Hong Kong, Quênia e Coreia do Sul fizeram avanços na redução eficaz da corrupção por meio de informações públicas. Essas lições se acrescentam à coleção de práticas anticorrupção de sucesso, que oferecem estratégias a serem utilizadas no Iraque e em outros lugares.

Hong Kong obteve maior prosperidade econômica e social quando o governo colonial britânico estabeleceu a Comissão Independente contra a Corrupção (*Independent Commission Against Corruption — ICAC*) em 1974. A missão dessa organização era aplicar o combate à corrupção de forma vigorosa em Hong Kong. A Comissão Independente contra a Corrupção visava a “(1) perseguir os corruptos pela detecção, investigação e ação penal eficazes; (2) eliminar as oportunidades para a corrupção pela introdução de práticas resistentes à corrupção; e (3) educar o público sobre os males da corrupção e estimular o seu apoio em combatê-la.”⁴²

Antes do estabelecimento da Comissão, as tríades chinesas subornavam, extorquiam e ameaçavam os vendedores ambulantes. Os policiais corruptos e funcionários públicos desonestos protegiam essas gangues. Esses funcionários, porém, foram imediatamente

Os Estados Unidos não são os únicos a utilizar uma Lei de Liberdade de Informação

removidos do cargo depois que a comissão passou a operar. Ela utilizava uma estratégia tripartite para reduzir a corrupção em Hong Kong: aplicação rigorosa da lei, educação da comunidade e prevenção da corrupção.⁴³ A Comissão exigiu a educação gratuita e melhor habitação pública para reduzir o custo de vida para os cidadãos de Hong Kong e, assim, a sua vulnerabilidade ao suborno. (As atividades corruptas se multiplicavam devido ao baixo número de casas e oportunidades educacionais durante os anos 60.)⁴⁴ O governo de Hong Kong e a ICAC também deram início a uma campanha agressiva de operações de informações. Os slogans anticorrupção como “A corrupção não desaparecerá por si própria. Denuncie a corrupção para a Comissão Independente contra a Corrupção e, juntos, construiremos um mundo mais justo e melhor” atraíram reações positivas de muitos cidadãos, que continuaram, então, a apoiar iniciativas anticorrupção.⁴⁵ A campanha de operações de informações e uma estratégia multifacetada, incluindo técnicas inovadoras de aplicação da lei, capacitaram Hong Kong a se tornar uma das cidades menos corruptas do mundo.⁴⁶

No Quênia, em 2003, o presidente Mwai Kibaki implantou uma estratégia política arrojada, que se tornou uma notável história de sucesso contra a corrupção. Kibaki estabeleceu a Coalizão Nacional do Arco-Íris (*National Rainbow Coalition — NARC*) para eliminar práticas desonestas no governo e na política, melhorar a educação, destruir a corrupção e estimular o crescimento econômico.⁴⁷ Kibaki foi o primeiro presidente queniano a ascender ao cargo com

base em uma plataforma anticorrupção. Antes da sua presidência, o Quênia era classificado entre os países mais corruptos do mundo.⁴⁸ Depois de aguentar a corrupção governamental generalizada durante 39 anos, a maioria dos cidadãos quenianos ficou exultante em apoiar os esforços de Kibaki contra a corrupção. Logo depois do estabelecimento da NARC, Kibaki demitiu, corajosamente, todo o seu conselho consultivo por falta de dedicação a iniciativas anticorrupção, nomeando um novo conselho, que apoiava o objetivo da NARC. O progresso é lento, mas contínuo. Kibaki e seu conselho continuam a atacar a corrupção e desfrutar do respeito, lealdade e apoio dos cidadãos do Quênia.⁴⁹

A Coreia do Sul constitui um exemplo em que o emprego das forças de segurança para combater a corrupção ganhou impulso. Segundo o Índice de Percepções de Corrupção de 2008 da Transparency International, a Coreia do Sul se classifica em 40º lugar entre 180 países em transparência e combate à corrupção.⁵⁰ O não-cumprimento da missão da Comissão Independente da Coreia contra a Corrupção (*Korean Independent Commission against Corruption — KICAC*) em 2002 teria impossibilitado a notável realização da Coreia do Sul.⁵¹ Nos anos anteriores, praticamente não havia transparência entre autoridades governamentais: “Os ministérios operavam de acordo com regras vagas ou não escritas, sem revisão jurídica. O grau de corrupção aumentou, sendo diversas empresas e autoridades governamentais processadas por suborno e outros delitos.”⁵² Contudo, a corrupção na Coreia do Sul diminuiu de forma drástica desde o desenvolvimento da KICAC. Essa organização assegurou que o governo e suas agências implantassem políticas anticorrupção contra a lavagem de dinheiro, suborno e outros atos dolosos. O grau de transparência do governo da Coreia do Sul continua a exercer um papel fundamental no sucesso do país contra a corrupção.

Ademais, deve-se discutir um exemplo de dez anos atrás, quando a Coreia do Norte e a Coreia do Sul melhoraram o seu relacionamento ao realizar uma política chamada de “raio de sol” (“sunshine policy of engagement”).⁵³ Formulada pelo presidente Kim da Coreia do Sul e por seu assessor, Lim Dong Won, essa política incentivou o engajamento e a transparência entre os norte-

coreanos e os sul-coreanos. Os sul-coreanos forneceram aos norte-coreanos oportunidades de emprego, 100.000 toneladas de adubo e 600.000 toneladas de alimentos.⁵⁴ A maior conquista da política “raio de sol” foi a reunião de cúpula de junho de 2000, que deu aos dois países a oportunidade de reunificação.⁵⁵ Uma declaração conjunta com cinco pontos foi firmada por ambos os presidentes, prometendo resolver questões humanitárias prontamente, promover o “desenvolvimento equilibrado da economia nacional por meio da cooperação econômica e o intercâmbio” e obter a reunificação de forma independente.⁵⁶ Depois dos eventos de 11 de Setembro e de atrasos nas negociações trilaterais, o governo Bush decidiu incluir a Coreia do Norte no “Eixo do Mal.” A política “raio de sol”, que fora tão eficaz em aumentar a transparência entre as duas nações, ficou tensa. A maior cooperação entre os dois países com formas opostas de governo e ideologia, diretamente ocasionada pelas iniciativas de transparência, foi interrompida. Entretanto, a política “raio de sol” continua a ser um modelo histórico digno de nota quanto às possibilidades de iniciativas de transparência em ação.

Iraque

O Iraque é uma outra história. O povo do Iraque sente grande desespero, principalmente porque, durante muitos anos, testemunhou um altíssimo grau de corrupção, que persiste até hoje.⁵⁷ De fato, a corrupção pode ser uma das poucas características culturais institucionalizadas no Iraque.⁵⁸

De 2003 até o presente, a Comissão de Integridade Pública do Iraque, hoje chamada de Comissão de Integridade, foi constantemente minada em sua missão de iniciar e auxiliar no julgamento de processos de corrupção. Entre as causas estão as brechas legais, os funcionários corruptos, verbas insuficientes, escassez de funcionários, falta de recursos e, como disse o repórter Matt Kelley, a “velha” negligência americana.⁵⁹ Segundo Stuart Bowen, o Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Iraque (*Special Inspector General for Iraq Reconstruction — SIGIR*), “eles não foram capazes de realizar muito no último ano devido a essa fraca capacidade.”⁶⁰

As forças da coalizão e o governo do Iraque devem levar a sério a pandemia de corrupção para proporcionar aos iraquianos alguma confiança em seu novo governo federal. Um grande pessimismo persistirá, se as autoridades das forças da coalizão e do Iraque não instituírem medidas anticorrupção eficazes. Elas devem apoiar as estratégias anticorrupção existentes e trabalhar com afinco para desenvolver novas estratégias. As lições aprendidas a partir de práticas anticorrupção em Hong Kong, Quênia, Coreia do Sul e outros países podem contribuir para reduzir a corrupção desenfreada e debilitante no Iraque.

Além do Iraque

Em um relatório de janeiro de 2007, o Escritório de Supervisão do Governo (*Government Accountability Office — GAO*) recomendou que o Conselho de Segurança Nacional melhorasse a sua estratégia atual “esclarecendo papéis e responsabilidades, especificando contribuições futuras e identificando recursos atuais e futuros.”⁶¹ Além disso, o relatório instou os Estados Unidos, Iraque e a comunidade internacional

...pessimismo persistirá... se as autoridades das forças da coalizão e do Iraque não instituírem medidas anticorrupção eficazes.

a “desenvolver uma estratégia anticorrupção abrangente”.⁶² Várias iniciativas de combate à corrupção e de aumento da transparência foram instituídas pelo Departamento de Estado e pelo Departamento de Defesa, com o apoio de algumas organizações governamentais internacionais. Entretanto, o projeto de Indicadores de Governança do Banco Mundial, que “divulga indicadores de governança agregados e individuais de 212 países”, atualmente classifica o Iraque em 212º lugar em “Controle de Corrupção.”⁶³

São relacionadas a seguir recomendações para os esforços anticorrupção no Iraque e em outros lugares:

- Desenvolver e implantar integralmente um Plano Combinado de Ação Estratégica Anticorrupção. Em julho de 2006, o Escritório do Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Iraque comunicou a necessidade de um Programa Anticorrupção do Iraque-Embaixada dos EUA. Em junho de 2008, os EUA produziram uma estratégia anticorrupção que, segundo o Inspetor Geral, “carece de indicadores que liguem as atividades às metas do programa, assim como linhas de referência com base nas quais se possa medir o progresso. Em consequência, o governo dos EUA não estabeleceu a forma de avaliar o impacto do programa na redução da corrupção no Iraque, o que deixa futuros investimentos no programa vulneráveis a gastos supérfluos, ineficácia e ineficiência”.⁶⁴

- Insistir que o governo do Iraque contrate pessoal, apoie e financie medidas anticorrupção. Em agosto de 2008, o Escritório de Supervisão do Governo dos EUA informou que as autoridades iraquianas observaram “a falta de pessoal de orçamento, aquisições e outras áreas treinado em habilidades técnicas necessárias como fator que limita a capacidade do governo do Iraque de planejar e executar seus gastos de capital”.⁶⁵ Isso é parcialmente atribuível à evasão de tecnocratas, que se refugiaram, em geral, nos países vizinhos. Muitos precisam ser atraídos de volta com a garantia de salários altos e proteção especial. O Inspetor Geral declarou que “sistemas fracos de aquisição, orçamento e contabilidade são de especial interesse no Iraque, porque precisam equilibrar a execução eficiente de projetos de investimentos com a proteção contra a corrupção generalizada denunciada.”⁶⁶

Dez milhões de dólares em ajuda e verbas de reconstrução para o Iraque foram destinados ao programa Anticorrupção do Departamento de Estado, mas os EUA determinaram que “não mais que 40% das verbas destinadas a programas de Estado de Direito podem ser disponibilizadas para assistência ao governo do Iraque, até que o Secretário de Estado informe que uma estratégia anticorrupção abrangente foi desenvolvida e está sendo implantada pelo governo do Iraque e que o Secretário de Estado apresente” informações adicionais aos Comitês do Congresso.⁶⁷

- Auxiliar na redação e ratificação da nova legislação iraquiana de combate à corrupção e

aumento da transparência. O governo do Iraque deve redigir e ratificar uma legislação semelhante à Lei Sunshine de 1976 dos EUA, com os devidos ajustes, assim como outras leis sobre liberdade de informação para proporcionar maior transparência. Da mesma forma que a Comissão Independente contra a Corrupção em Hong Kong, deve ser aprovada uma nova legislação que confira maiores poderes de aplicação da lei à Comissão de Integridade do Iraque e ao Conselho Supremo de Auditoria, para proporcionar mais força à capacidade de investigação da comissão. A Força-Tarefa de Lei e Ordem, a Força-Tarefa Combinada dos EUA e Iraque e o Comitê Combinado Anticorrupção do Iraque, juntamente com o Embaixador Lawrence Benedict (coordenador de iniciativas anticorrupção), devem analisar todas as leis nos livros para determinar que legislação não é aplicada, o que funcionou e o que é necessário.

Para julgar processos de corrupção de forma rápida e adequada, o Código Processual Penal do Iraque, Parágrafo 136B, redigido em 1971 pelo

regime de Saddam, deve ser modificado. Confere aos ministros a capacidade de determinar se os acusados de corrupção devem ser processados ou não.⁶⁸

- Desenvolver iniciativas de transparência: liberdade de informação e acesso à informação. Todos os ministérios do Iraque devem designar oficiais de informação pública e apoiá-los totalmente no cumprimento da nova legislação e das iniciativas referentes à liberdade de informação e ao acesso à informação. O diálogo mais aberto e o acesso podem minimizar a desconfiança entre as tribos, facções, etnias e outros grupos de interesse. As autoridades governamentais e os cidadãos iraquianos devem contar com mais informações para promover a compreensão e a conciliação.

- Agilizar a implantação do Sistema de Informação de Gestão Financeira do Iraque (*Iraqi-Financial Management Information System — IFMIS*). Em 2008, o Escritório de Supervisão do Governo informou que “a

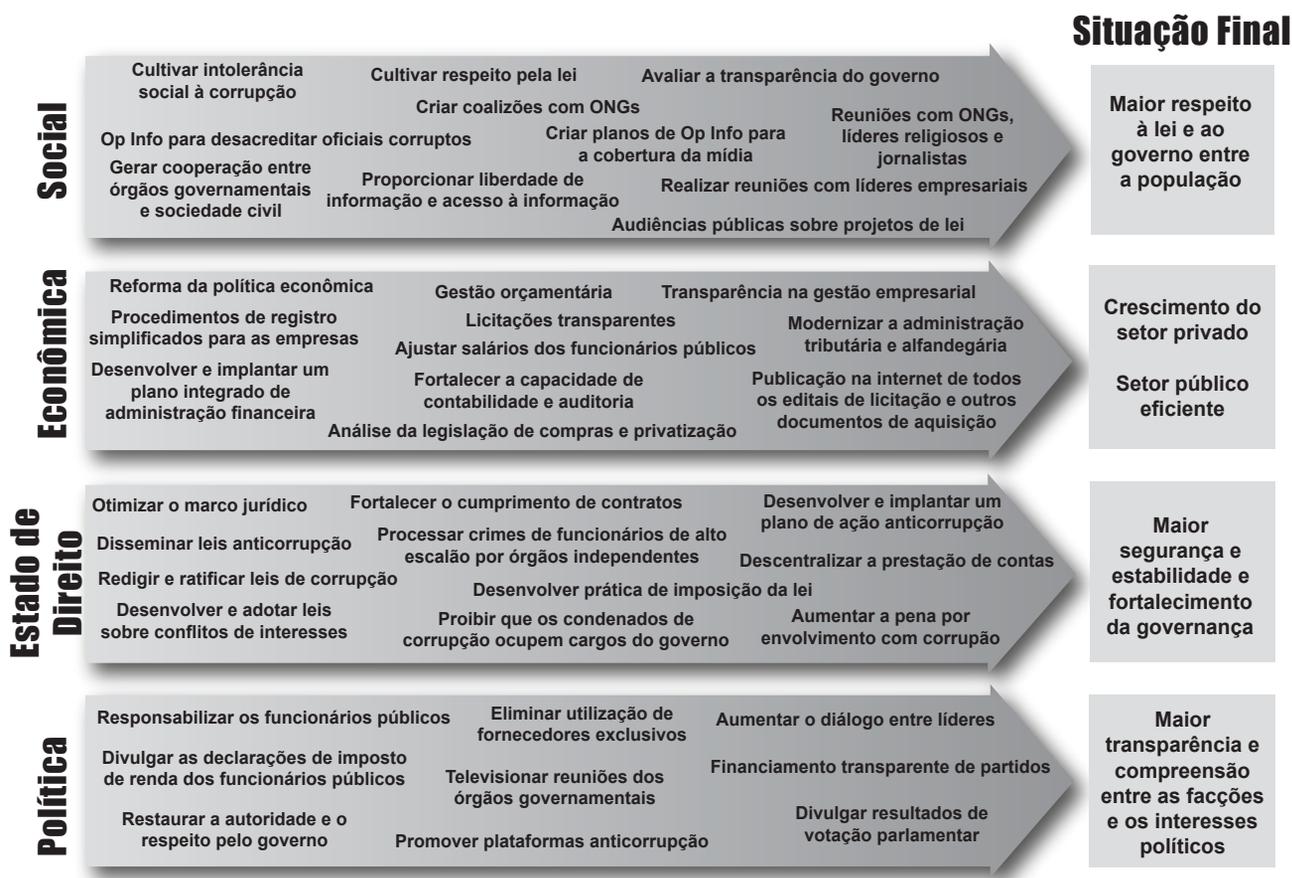


Figura 4. Linhas de operação anticorrupção

USAID deu início ao IFMIS em 2003, sofrendo atrasos consideráveis (6 anos) e suspendendo-o em junho de 2007.” Em dezembro de 2006, a USAID informou ao Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Iraque que o seu novo Projeto de Governança Econômica II incluía a instalação de um Sistema de Informação de Gestão Financeira, projetado para melhorar a elaboração de orçamentos, contabilidade e gestão de caixa ministeriais até setembro de 2007.⁶⁹ O relatório de julho de 2008 do Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Iraque indica que “o progresso lento da implantação do novo Sistema de Informação de Gestão Financeira limita a transparência e eficiência do sistema orçamentário do Iraque”.⁷⁰

Precisa-se desesperadamente de hardware e aplicativos de software para aumentar a capacidade de contabilidade e auditoria do Iraque, que ainda são realizadas manualmente. Gestores incompetentes, sem sistemas de contabilidade e auditoria suficientes, administraram mal bilhões de dólares iraquianos e americanos.⁷¹

Em resposta a questões sobre por que não implantou sistema algum de contabilidade e auditoria para supervisionar os esforços de reconstrução, o almirante (reformado) David Oliver, antigo Diretor de Gestão e Orçamento e assessor sênior do Ministro de Finanças do Iraque, afirmou sobre o dinheiro no Iraque: “Bilhões de dólares do dinheiro deles desapareceram. Sim, entendo, estou dizendo que diferença isso faz?”⁷² A perda de bilhões de dólares iraquianos devido à falta de prestação de contas exacerbou a cultura de corrupção existente, custou incontáveis bilhões aos contribuintes americanos e contribuiu para o desenvolvimento da insurgência.

• Pressionar o governo do Iraque para que ele nomeie, retenha e utilize inspetores gerais no nível de ministério. Em janeiro de 2008, o primeiro-ministro Nuri Kamal al-Maliki designou 2008 como o “ano de combate à corrupção” no Iraque. Em tempos recentes, o governo do Iraque exonerou “de uns poucos a possivelmente 17” inspetores gerais de nível ministerial.⁷³ “Vários funcionários de alto escalão do Iraque e dos EUA concordaram que sete a nove inspetores haviam sido demitidos ou forçados a se aposentar.”⁷⁴ Embora a Constituição do Iraque confira ao Primeiro-Ministro o direito de remover

inspetores, ações desse tipo parecem partidárias e talvez signifiquem o agravamento da corrupção e do abuso do poder.

• Impor a lei contra o contrabando de petróleo com vigor. Os dezenove portos de entrada do Iraque devem ser controlados. Bilhões de dólares em mercadorias e centenas de milhares de pessoas atravessam a fronteira todo ano. O controle das fronteiras e dos portos de entrada é essencial para a segurança do Iraque, sendo chave para a redução do vazamento de receitas governamentais, suprimentos de reconstrução e materiais saindo do país. O contrabando de petróleo é o problema mais prevalente e significativo.⁷⁵ A inexistência de sistemas de medição nos campos de petróleo facilita o contrabando.⁷⁶

• Preencher cargos e utilizar assessores em todos os níveis. Segundo um relatório recente do Inspetor Geral Especial para a Reconstrução do Iraque: “Certos ministérios iraquianos não permitem que os assessores americanos vejam seus orçamentos (ex.: Ministério da Eletricidade), exacerbando os desafios de planejamento financeiro provocados pelo preço volátil do petróleo. O governo do Iraque destinou pouco mais de US\$ 20 bilhões para projetos de investimentos de reconstrução em 2008. Contudo, a falta de acesso aos dados orçamentários iraquianos limita o conhecimento dos EUA sobre as taxas reais de execução orçamentária.”⁷⁷

As equipes de assessoria americanas devem fazer parte dos esforços anticorrupção em todos os escalões. Mesmo no nível ministerial, o quadro de assessores continua a ser insuficiente.⁷⁸ No escalão ministerial, deve-se conceder total transparência às equipes de assessoria dos ministérios; caso contrário, a corrupção continuará a ser um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento da governança autônoma.

Utilizando uma avaliação revisada de prontidão de transição com indicadores de corrupção, as equipes militares de transição devem refletir o status de corrupção nas unidades das forças de segurança do Iraque em todos os níveis.

• Solicitar mais assistência das organizações governamentais internacionais. As organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional devem designar mais especialistas para auxiliar no desenvolvimento do planejamento econômico e financeiro, devendo fornecer mais projetos e financiamento para fortalecer a governança iraquiana.

• Aprofundar a doutrina anticorrupção, desenvolvendo-a em conjunto. O Manual de Campanha *FM 3-24, Counterinsurgency* (Contra-insurgência), e o novo Manual de Campanha *FM 3-07, Stability Operations* (Operações de Estabilidade), só discutem a corrupção brevemente. De modo geral, o *FM 3-07* transfere os esforços anticorrupção para a USAID. Contudo, os funcionários do Departamento de Defesa continuam a preencher a maioria dos cargos de assessoria do governo do Iraque. A Estratégia Anticorrupção da USAID (2005) é relativamente nova e deve ser aprofundada, com a colaboração entre os órgãos governamentais.⁷⁹

A corrupção corrói a democracia. Se o nosso objetivo é deixar um Iraque estável e democrático, precisamos priorizar a institucionalização de sistemas anticorrupção fortes e sustentáveis. As recomendações oferecidas anteriormente podem contribuir para a discussão coletiva sobre como os EUA e o Iraque devem proceder daqui para frente. Outras recomendações são apresentadas na figura 4 a seguir. As forças militares dos EUA devem evoluir rapidamente para lidar de forma eficaz com a situação e ameaça atuais.⁸⁰ Como disse o antigo Secretário de Estado, Colin Powell, precisamos “trabalhar com o governo do Iraque para fazer todo o possível para fornecer equipamentos, assessores e o que for necessário para que as Forças Armadas do Iraque se tornem mais competentes, e treinar seus líderes”.

Conclusão

No início do século XXI, o consenso mundial é que a corrupção enfraquece de modo fundamental a legitimidade das democracias e que a sua redução é essencial para aumentar a coesão social e ampliar a participação na vida econômica e

política. Como a nação mais poderosa do mundo, os EUA tomaram medidas para desenvolver uma nova estratégia de política externa para uma nova era. Em 2001, os eventos de 11 de Setembro alteraram de forma drástica a nossa política nacional e introduziram a guerra contra o terrorismo. Embora importante, essa estratégia enfatiza medidas para enfrentar elementos e governos párias que já apoiam o terrorismo.

Para combater a mensagem acolhida pelos terroristas e extremistas, é necessária uma estratégia abrangente no Iraque e em todo o mundo.⁸¹ Essa estratégia deve incluir medidas contra a corrupção. A corrupção é um desafio considerável à boa governança no Iraque.⁸² A cultura de corrupção preexistente no Iraque aumentou de forma constante, chegando a proporções endêmicas desde a invasão de 2003, e mina os nossos esforços de estabilizar o país.

O Acordo de Status das Forças, aprovado recentemente pelo parlamento do Iraque, significa que, até 2011, precisamos retirar todas as forças. O presidente Barack Obama fez a promessa de campanha de retirar todas as tropas nos primeiros 16 meses do seu governo. Qualquer que seja o cronograma que se concretize, é imperativo que medidas fortes de combate à corrupção baseadas em sistemas se tornem uma prioridade estratégica, para aumentar a capacidade de governar no atual frágil Estado do Iraque.

Vem surgindo uma tendência. As nações com economias excessivamente dependentes do petróleo têm níveis elevados de corrupção, o que, por sua vez, fomenta o extremismo.⁸³ Para derrotar o extremismo no Iraque e em todo o mundo no século XXI, os Estados Unidos devem tomar providências imediatas contra a corrupção de todo tipo para prevalecer nessa longa e importante guerra.⁸⁴ **MR**

REFERÊNCIAS

1. ROOSEVELT IV, Theodore. *The Strenuous Life: Essays and Addresses* (Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2005), p. 129.

2. Transparency International, “Corruption Perception Index”, 2008.

3. HERMAN, Ken. “Bowen: corruption in Iraq is a ‘second insurgency’”, *The Atlanta Journal-Constitution*, Agosto de 2008 e special inspector general for Iraq reconstruction (SIGIR), “Quarterly Report”, 30 de outubro de 2008, p. 8.

4. SIGIR, “Quarterly and Semi-Annual Report”, 7 de janeiro de 2007.

5. KPMG International, Development Fund for Iraq (DFI), Interim Results (DRAFT) em 30 de junho de 2008, IAMB Meeting 20-21 de outubro de 2008 “Review of Interim Financial Information performed by the Independent Auditor of the Entity.”

6. MONTALVÁN, Luis Carlos. “Losing Iraq, One Truckload at a Time”, *New York Times* (OpEd) 14 de janeiro de 2007.

7. Texto do H.R. 7068: “Western Hemisphere Counterterrorism and Nonproliferation Act of 2008”, “Title I—Counterterrorism in the Western Hemisphere”, Sec. 101, pp. 7-13.

8. Ibid; HEARN, Kelley. “Iranian Pact with Venezuela Stokes Fears of Uranium Sales”, *The Washington Times*, 13 de março de 2007.

9. Revenue Watch Institute, disponível em: <www.revenuewatch.org>, 2008.

10. “Nigeria”, CIA World Factbook, Dezembro de 2006.

11. Library of Congress—Federal Research Division, “Country Profile: Nigeria”, Julho de 2008, p. 10.

12. "Nigerian Man Accused of Funding Terror", *Associated Press*, 17 de janeiro de 2007.
13. *Ibid.*
14. RIBADU, Nuhu. Executive Chairman, Economic and Financial Crimes Commission, Federal Republic of Nigeria, Testimony Before the Subcommittee on Africa, Global Human Rights and International Operations of the Committee on International Relations House of Representatives, 109th Congress, 18 de maio de 2006.
15. LYMAN, Princeton N. "The war on terrorism in Africa", *Africa in World Politics: Reforming Political Order*, Donald Rothchild e John W. Harbeson, eds., Julho de 2008, p. 276.
16. LINCOLN, Abraham. "Letter to Col. William F. Elkins", *The Lincoln Encyclopedia*, Archer H. Shaw (NY: Macmillan, 1950, 21 de novembro de 1864).
17. TARUN, Robert. "Basics on the Foreign Corrupt Practices Act—What Every General Counsel, Transactional Lawyer and White Collar Criminal Lawyer Should Know", Abril de 2006.
18. BRANDOLINO, John. Director for Anticorruption and Governance Initiatives for the United States Department of State, Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, "The United States and International Anticorruption Efforts", *Federal Ethics Report*, Janeiro de 2003.
19. *Ibid.*
20. WENZHAO, Tao. "International efforts on containing corruption", *China Daily*, 7 de setembro de 2006.
21. BUSH, George W. "President's Statement on Kleptocracy", *The White House*, 10 de agosto de 2006.
22. U.S. Department of State, "National Strategy to Internationalize Efforts Against Kleptocracy", *Fact Sheet*, 10 de agosto de 2006.
23. WENZHAO, Tao. "International efforts on containing corruption", *China Daily*, 7 de setembro de 2006.
24. Transparency International, disponível em: <www.transparency.org>, CPI 2008.
25. "IMF Executive Board Approves U.S. \$84.4 Million PRGF Arrangement for the Republic of Congo", International Monetary Fund, Press Release No. 04/262, 7 de dezembro de 2004.
26. The World Bank, "Press Release No:2008/392/WBI", June 24, 2008.
27. International Monetary Fund, "Mobilizing Revenue", *Finance & Development Magazine*, Setembro de 2008, p. 45, no. 3.
28. Wikipedia, "Accountancy", 31 de março de 2007.
29. DONNA, Rosa. USAID, "The Anti-Corruption and Good Governance Act", *The Journal of Public Inquiry* (Fall/Winter 2001).
30. "A comprehensive EU Anti-Corruption policy", European Union, 29 de abril de 2005.
31. "Report on the Observance of Standards and Codes (ROSC)—Georgia (Accounting and Auditing)", World Bank, Janeiro de 2007.
32. Carta de James Madison a W.T. Barry, 4 de agosto de 1822, *The Writings of James Madison*, Gaillard Hunt, ed. (Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2007).
33. "Freedom of Information Act", *Herald and Review*, Lexis Nexis Academic Document, Decatur, IL, 11 de março de 2007.
34. "The FOIA and President Gerald Ford", The National Security Archive, 26 de março de 2007.
35. "The Government in the Sunshine Act", 5 U.S.C. 552b, pp. 477-81.
36. "Public Information Officer", Wikipedia, 29 de dezembro de 2006.
37. Consulte "A Citizen's Guide on Using the Freedom of Information Act", Committee on Government Reform, 20 de setembro de 2005, e "Maximizing Success of Chief Information Officers—Learning from Leading Organizations", GAO-01-376G, Fevereiro de 2001.
38. WILLIAM, Clinton. "The Freedom of Information Act" Memorandums for Heads of Departments and Agencies, 4 de outubro de 1993.
39. "Silenced—An international report on censorship and control of the Internet", Open Society Institute, Setembro de 2003 e The Open Society Institute (OSI), disponível em: <www.freedominfo.org>, 2008.
40. *Ibid.*
41. *Ibid.*
42. "Independent Commission Against Corruption (Hong Kong)", Wikipedia, 22 de fevereiro de 2007.
43. "Mission & Pledges", Hong Kong Independent Commission Against Corruption, About ICAC, 2004.
44. DRIELSMA, Chris H. "Structure of Hong Kong ICAC", Successful Anti-Corruption Strategies Around the Globe, 2000, pp. 24-30.
45. BAYRON, Heda. "Anti-Corruption Drive Secret of Hong Kong's Prosperity", *Voice of America*, 25 de julho de 2006.
46. "Scoreboard for Economic Success of Hong Kong", Hong Kong Trade Development Council, 2000-2007.
47. "National Rainbow Coalition", Wikipedia, 29 de março de 2007.
48. USAID, "Kenyan Public Sustains Demand for Anti-Corruption Reforms", Sub-Saharan Africa, 2005.
49. NDEGWA, Alex. "Kibaki signs Justice and Truth Commission into law", The Standard: Online Edition, 28 de novembro de 2008.
50. "Corruption Perception Index—2008", Transparency International.
51. "Old Habits Die Hard For Graft Prone 'Korea Inc.'", Agence France-Presse, *South Korean News*, 7 de maio de 2006.
52. "Country Profile: South Korea", *BBC News*, 14 de março de 2007.
53. Kongdan Oh, "Terrorism Eclipses the Sunshine Policy: Inter-Korean Relations in the United States", *Asia Society* (Março de 2002).
54. *Ibid.*
55. *Ibid.*
56. *Ibid.*
57. McCaffrey, GEN Barry, Exército dos EUA, Reformado, "After Action Report", 26 de março de 2007, p. 3. Curiosamente, o último Relatório Pós-Ação do General McCaffrey (4 de novembro de 2008) não faz referência aos esforços de combate à corrupção e de aumento da transparência, enquanto o relatório de setembro de 2008 do Departamento de Defesa, "Measuring Stability and Security: Report to Congress", cita a corrupção e a transparência 33 vezes, incluindo uma menção importante de que "eliminar a corrupção por meio de uma maior transparência deve ser uma prioridade constante", p. 9.
58. Office of the Special Inspector General for Iraq Reconstruction, "Anticorruption Efforts in Iraq: U.S. and Iraq Take Actions, but Much Remains to be Done", Julho de 2008, p. ii.
59. KELLEY, Matt. USA Today, "Corrupt Often Go Free in Iraq", 28 de novembro de 2008.
60. *Ibid.*
61. GAO, "Securing, Stabilizing, and Rebuilding Iraq: GAO Audit Approach and Findings", 18 de janeiro de 2007, p. 2.
62. *Ibid.*
63. World Bank, Worldwide Governance Indicators (WGI) Project, "Governance Matters 2008", disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>>.
64. Office of the SIGIR, "Anticorruption Efforts in Iraq: U.S. and Iraq Take Actions, but Much Remains To Be Done", Julho de 2008, p. ii.
65. GAO, Report to Congressional Committees, "Stabilizing and Rebuilding Iraq: Iraq Revenues, Surplus and Expenditures", Agosto de 2008, p. 18.
66. *Ibid.*
67. Office of the SIGIR, "Quarterly and Semiannual Report to Congress", 30 de julho de 2008, p. 229.
68. Office of the SIGIR, "Joint Survey of the U.S. Embassy-Iraq's Anti-Corruption Program", SIGIR-06-021 28 de julho de 2006 e SIGIR-08-023 "Anticorruption Efforts in Iraq: U.S. and Iraq Take Actions, but Much Remains to be Done", Julho de 2008, p. ii.
69. SILVESTRE, Bruno. "Fighting Corruption in Iraq—An Uphill Battle", NBC News, 9 de março de 2007.
70. Office of the SIGIR, "Quarterly and Semiannual Report to Congress", 30 de julho de 2008, p. 3.
71. House Committee on Oversight and Government Reform, "Transcript: Hearing on the Coalition Provisional Authority and Iraq Reconstruction", 6 de fevereiro de 2007; e CHANDRASEKARAN, Rajiv. *Imperial Life in the Emerald City*, Knopf, 2006, pp. 157-60.
72. *Ibid.*
73. GLANZ, James e MOHAMMED, Riyadh. "Iraq Quietly Dismisses Its Anticorruption Officials", The New York Times, 18 de novembro de 2008.
74. *Ibid.*
75. Office of the SIGIR, "Quarterly and Semiannual Report to Congress", 30 de janeiro de 2007.
76. LANDO, Ben. UPI, "Analysis: Iraqi oil revenue gets new audit", 3 de novembro de 2008 e KPMG International, *Development Fund for Iraq (DFI)*, Interim Results (DRAFT) em 30 de junho de 2008, IAMB Meeting 20-21 Outubro de 2008 "Review of Interim Financial Information performed by the Independent Auditor of the Entity".
77. SIGIR, "Quarterly Report to Congress", 30 de outubro de 2008, p. 4.
78. Office of the SIGIR, "Quarterly and Semiannual Report to Congress", 30 de julho de 2008, p. 85.
79. USAID, "USAID Anti-Corruption Strategy", PD-ACA-557, 11, Washington DC, Janeiro de 2005.
80. ALWYN-FOSTER, Nigel R.F. "Mudar o Exército para as Operações de Contra-Insurgência", Edição Brasileira da *Military Review* (Março–Abril de 2006), pp. 18-36.
81. HOFFMAN, Bruce. *Inside Terrorism* (OH: Columbus University Press, 1998), ch 1, e NAGL, John A. *Learning to Eat Soup with a Knife* (IL: University of Chicago Press, 2005), p. 195.
82. PETRAEUS, David H. "General Petraeus discursa sobre o caminho que os EUA têm pela frente no Iraque", Senate Armed Services Committee Hearing, 23 de janeiro de 2007, Edição Brasileira da *Military Review*, (Julho–Agosto de 2007), p. 13.
83. BUNKER, Ellsworth (Embaixador dos EUA no Vietnã). "Department of State Telegram", 19 de julho de 1972.
84. HEINEMAN JR., Ben W. e HEIMANN, Fritz. "The Long War Against Corruption", *Foreign Affairs* (Maio/Junho de 2006).